

**Antonieta de Barros – Memórias que se cruzam**

Renata Aparecida Paupitz Dranka, CESUSC  
[renatadranka@hotmail.com](mailto:renatadranka@hotmail.com)

Esta contribuição faz parte de um trabalho de análise de crônicas de Antonieta de Barros, publicados nos principais jornais de Florianópolis, em diferentes momentos históricos, compreendidos entre 1900 e 1950. Para análise desses escritos, foi necessário conhecer outros textos que se complementavam e concorriam na produção de sentidos. Neles estão presentes a historicidade constitutiva do discurso jornalístico e do político em Florianópolis; a forma de construção da legitimidade do voto e a repercussão, nos jornais de Florianópolis, do decreto de 1932, que habilitava, de forma facultativa, as mulheres ao voto; a forma de circulação da imagem da mulher nos periódicos de Florianópolis e como Antonieta de Barros se representava e era representada neste imaginário; a sua ascensão política e sua mobilização para a valorização da mulher.

Antonieta de Barros nasceu no dia 11 de julho de 1901, em Florianópolis. Sua mãe era escrava liberta e trabalhava como empregada doméstica e lavadeira numa pensão em Florianópolis. Foi alfabetizada por uma professora que conhecia sua mãe e aos 17 anos ingressou na Escola Normal para cursar o curso de Magistério. Abriu uma pequena escola com um curso de alfabetização, lecionou no colégio Coração de Jesus e no Instituto de Educação. Iniciou sua carreira jornalística em 1929, no jornal Folha Acadêmica, sob a epígrafe, “Farrapos de Idéias”, assinando com o pseudônimo Maria da Ilha. No mesmo ano começou a escrever no jornal A Semana. Em junho de 1931, passou a escrever diariamente sua coluna no jornal República e logo após escreveu crônicas para o jornal O Estado até a sua morte em 28 de março de 1952, aos 51 anos.

Em 1934, Antonieta de Barros foi convidada por Nereu Ramos, importante político da época, para integrar a chapa do Partido Liberal, lançando-a como candidata representando a mulher catarinense. Antonieta de Barros venceu as eleições, sendo uma das primeiras mulheres a exercer um cargo na Assembléia Legislativa e a primeira deputada negra do Brasil. Em 1947, ela concorreu novamente e venceu as eleições retornando à Assembléia.

Na tecitura deste trabalho, foi possível perceber as estratégias dos jornais na tentativa de desmobilizar os avanços das mulheres em relação ao voto, no emprego, nas fábricas, nas escolas, discursos que as excluía da esfera pública, adiando sua participação na construção da cidadania, discursos que evidenciavam a “faculdade maternal” e não a política, com virtudes específicas, circunscrita ao espaço doméstico, ficando cada vez mais difícil para elas superarem este limite, e quando o faziam, eram vistas como um fenômeno extravagante, não autorizado pela natureza. Os

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul.  
Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

jornais utilizavam um discurso reacionário sob forma de piadas, ridicularizando a participação da mulher nas eleições. Também foi possível observar como a publicidade reformulou entre 1900 e 1950 o discurso de subordinação das mulheres.

Os jornalistas encenavam palavras descrevendo as mulheres e os homens pobres de forma negativa, como estando à margem da sociedade. Foi mobilizada pelos jornais, essa memória partilhada com a sociedade, para a interpretação de “à margem” e sobre quem estava neste lugar. Os jornais ficcionalizavam este lugar através de notícias publicadas, relacionadas a roubos, infanticídios, “vagabundagens”, prostituição etc... Nas seguintes seqüências discursivas, há uma relação de fragmentos extraídos dos jornais, onde fica patente a recorrência das notícias de quem estava à margem.

“Por ordem do Sr. Comissário de polícia, foram ante-hontem recolhidas à cadeia, por se acharem em luta corporal, às decaídas Maria das Dores e Maria das Neves.”<sup>1</sup>

“A crioula Maria Luiza, foi hontem fotografada na polícia. A sua fotografia inicia a galeria de gatunas.”<sup>2</sup>

No louvável intuito de converter as vadias em trabalhadoras, o honrado Prefeito de Polícia, tem agido para acabar com a vagabundagem dessas infelizes...”<sup>3</sup>

“O jornal noticia o espancamento que é vítima uma criança de 3 anos pela “parda” Henriqueta. O jornal alerta as autoridades para o castigo que merece esta ‘megeira’ assim como outras que infectam a nossa sociedade”<sup>4</sup>

“A decaída Palmira Reis, residente na pensão de propriedade Alzira de Tal, no Bêco do Loureiro foi agredida...”<sup>5</sup>

“ O preto Conceição, ontem, encharcou-se na branquinha e, de repente, se viu transportado para o mundo da lua e para o xadrez da chefatura...”<sup>6</sup>

Outro exemplo de ficcionalização da marginalidade é o artigo publicado por Honório Dantas no jornal A Pátria. Nesta crônica, o jornalista discorre sobre as “lamentáveis condições que vêm reduzidos os homens analfabetos”,

Sem poder subir na escala dos postos, pela sua falta de cultura, ou pelo seu nenhum preparo, êi-los, á margem do caminho, votados a serena escória da sociedade. Nem ao menos lobrigam as ciladas que na sombra lhes arma o braço inimigo. Ser indefeso, que horror! Tendo visto esses coitados vencidos na vida, incapazes de suster nos ombros o peso das responsabilidades que soem premer os homens.

Antonieta de Barros publica no dia 15 de novembro de 1931, no jornal República, uma crônica denominada Indiferentes. “Á margem da vida, que é luta, trabalho, conquista, existem os indiferentes. Vencidos? Não. Desencantados.”

<sup>1</sup> Jornal República, n. 257, 18 de outubro de 1901.

<sup>2</sup> Jornal República, n.8, 29 de novembro de 1902.

<sup>3</sup> Jornal O Dia, n.553, 7 de novembro de 1903.

<sup>4</sup> Jornal República, 23 de março de 1902.

<sup>5</sup> Jornal República, n.312, de 11 de novembro de 1932.

<sup>6</sup> Jornal República, n. 460, de 1 de julho de 1932.

No recorte acima, ela produz uma imagem que confronta com uma memória não dita, mas pressuposta e ficcionalizada pela sociedade Florianopolitana: à margem da vida, não há luta, trabalho e conquista. “Vencidos? Não. Desencantados.” A interrogação é retórica e reitera um sentido já aceito em outro lugar, em outro tempo. A retomada em forma de pergunta permite uma resposta contraditória. Desencantados é um sentido outro, alternativo para o sentido legitimado, que circulava nos jornais e na sociedade: à margem da vida, estão os vencidos. Sendo assim para neutralizar esta equação lingüística: à margem da vida=vencidos, Antonieta de Barros antecipa a negação: “Não. Desencantados”. Ela questiona, joga com o possível, se posiciona contra o saber sedimentado, argumenta, mobiliza outros sentidos, provocando a polemica em relação aos saberes (memória) da formação discursiva dominante, e assim constrói um novo lugar para ser significada.

Quando Antonieta de Barros insere no intradiscurso uma forma diferente de significar “a margem”, o “já-dito” e deslocado e perde sua “naturalidade”, torna-se opaco. Como os sentidos podem ser naturalizados, pontos estáveis de um processo discursivo, podem também ser desnaturalizados, pois no discurso, todo ponto estável e também um ponto de deriva de processos afetados pelo interdiscurso.

O discurso jornalístico engendra as experiências sociais conforme uma ótica pré-determinada. Inclui-se a imagens das pessoas pobres, os excluídos em uma formação discursiva e a imagem dos não excluídos em outra formação discursiva. O encaixe, a escolha de narrar o acontecido com este ou aquele imaginário, já marca a posição do sujeito, rompendo assim com as noções de objetividade e imparcialidade.

Está em processo no discurso jornalístico uma discursivização do cotidiano, uma institucionalização dos dizeres que devem ser ditos. Segundo Serrani, a narratividade no discurso jornalístico funciona como um fio (invisível) que tece e conduz nos jornais as ressonâncias interdiscursivas, impedindo ou redirecionando o deslizar dos significantes.

De acordo com Pêcheux (1999)<sup>7</sup>, na tentativa de organizar logicamente a semântica dos mundos ditos normais, através da narratividade se exercem mecanismos de poder, os quais vão distribuindo dizeres e silenciando outros. A imprensa contribui na construção de “verdades”, mas engendra as experiências sociais conforme uma ótica pré-determinada. Inclui-se a imagem das pessoas pobres, os excluídos em uma formação discursiva e a imagem dos não excluídos em outra formação discursiva. O encaixe, a escolha de narrar o acontecido com este ou aquele imaginário, já marca a posição do sujeito, rompendo assim com as noções de objetividade e imparcialidade.

---

<sup>7</sup> PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso – uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp. 1988.

**Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul.  
Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.**

À margem estão os analfabetos, escória da sociedade, as decaídas, as vadias, os cachaceiros. Estes dizeres são portadores de sentidos que enfatizam a diferença necessária para constituição do mesmo. À margem, como lugar de luta, trabalho, conquista é a construção de sentidos diferentes. Antonieta de Barros rompe com a lógica dessa narratividade jornalística. Seus dizeres não fazem sentido historicamente, pois instauram um estranhamento. E o que não faz sentido é o que desestabiliza.

A atitude de Antonieta de Barros é corajosa, pois ela assume este lugar sócio-historicamente significado, para deslocá-lo, construindo um lugar para o seu dizer, pois ela fala de um lugar novo, diferente. Ela propõe o ilegítimo em lugar da legitimação. Esta dinâmica reconfigura as fronteiras das formações discursivas, provocando a incorporação de novos sentidos.

Antonieta de Barros como mulher da elite, se colocando à margem, modificando os dizeres, desestabiliza, desvia os pontos estáveis do processo discursivo. O desviante perturba, por ser desafiador, pois despreza os “valores” legitimados. E os desviados adquirem identidade social diferente, não são mais invisíveis. Rompem-se as barreiras do “à margem” através de um gesto de interpretação paradoxal para o sistema que produziu a própria transformação.

A maneira diferente de denominar “a margem” como lugar de luta, trabalho e conquista, vem de outra formação discursiva, e isso modifica o processo de produção de sentidos. Provoca-se, aí, um entrelaçamento entre as formações discursivas, e quanto mais choques houver entre elas, mais mudanças terão. Há então a instauração de um novo processo discursivo que atribui sentidos diferentes. Quem diz “à margem” é negra, então está à margem, mas o seu lugar não é à margem, pois é ela, Antonieta de Barros, quem escreve. Uma mulher que circula na elite. Ela põe em conflito o já produzido e que vai se instituir. É segundo Orlandi, (2000, p.38) “a passagem do irrealizável ao possível, do não sentido, ao sentido”. E um processo que retorna ao mesmo, mas diferente, no processo de atribuição de sentidos. Uma pessoa “à margem” que não está “à margem”. É paradoxal e por isso mesmo incômodo, ainda mais no discurso da imprensa que tem por objetivo desambigüisar o mundo.

A imprensa enuncia de um lugar sócio-historicamente determinado, e o modo como descreve os acontecimentos referentes à Antonieta de Barros é regulado historicamente. Ela é descrita na imprensa florianopolitana de uma forma homogênea, a partir de um imaginário já constituído e classificado dentro de valores sociais já instituídos. Mesmo sendo cronista e deputada, o discurso jornalístico só a descreve como professora, lugar instituído e permitido para uma mulher. A própria Antonieta de Barros, em seus dizeres, mesmo sendo deputada, fala do lugar de professora e se autodenomina professora. Parece que tem receio de se denominar deputada, pois estaria rompendo

**Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul.  
Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.**

as regras da normatização. Ela censura seus próprios dizeres.

Ela não foi reconhecida pela sociedade ou pelo partido como deputada, mas sim o instituído professora. Isto talvez possa explicar o motivo de não haver no hall da Assembléia Legislativa, o quadro com a fotografia de Antonieta de Barros, na galeria de deputados. O lugar de deputada, mesmo conquistado legitimamente, não era legitimado. Estar à margem é não seguir regras, ela tenta se ajustar ao modelo de sujeito/mulher que predominava na sociedade. Mas o seu lugar, a sua vida, a sua memória e a memória da sociedade, acolheu-a, marginalizando-a. A posição histórica de Antonieta de Barros, a memória que a constituiu, o pré-construído do seu dizer poderia situá-la como cachaceira, decaída ou vadia. Entretanto, ela se coloca em outro lugar, havendo um confronto com a formação política dominante, produzida em parte pelo jornal. Esta dinâmica reconfigura as fronteiras das formações discursivas, promovendo a incorporação de novos sentidos.

Encontramos o enunciado Farrapos, em várias crônicas de Antonieta de Barros. Primeiramente ela denominou sua coluna, no jornal A Semana, e posteriormente nos jornais República e O Estado de “Farrapos de Idéias”. Era algo novo na época (1931). Uma mulher, negra e culta que tinha sua própria coluna num jornal de grande circulação em Florianópolis.

Pelo mecanismo de antecipação, de acordo com a Análise do Discurso, o sujeito se coloca no lugar em que o seu interlocutor ouve suas palavras. Qual a imagem que os leitores do jornal República tinham de Antonieta de Barros? Qual era a imagem da imagem que ela tinha de seus leitores? Ela diz “Farrapos de Idéias” porque se colocou na posição leitor e ajustou seu dizer a partir da imagem que os leitores tinham dela. Ela foi ao encontro do que os leitores pensavam dela. Como num ato de resistência ela diz um enunciado já previsto, mas de um lugar diferente, subjetivando-se fora da ordem discursiva que a determina. O discurso jornalístico atua em conjunto com os valores da sociedade para a organização do imaginário social. Existe um olhar que captura os eventos que devem ser enunciados, e neste espaço não havia lugar para o discurso das mulheres, principalmente mulheres negras. Elas eram faladas. Mas a posição de Antonieta de Barros é de destaque onde fala publicamente. Essa sua prática desloca processos interpretativos já existentes, constituindo outras formas de ser sujeito.

Na crônica intitulada, “Estão dentro da natureza humana, a imperfeição, e a incontentabilidade” publicada no jornal República no dia 3 de julho de 1932, poderemos constatar um outro exemplo de sentido da palavra Farrapos: ”Depois do Ideal alcançado, há sempre, na alma inquieta do sonhador, um travo amargo, farrapo de um sonho que não se integralizou. Para Antonieta de Barros, Deus é completo e o homem seria sua obra. Farrapo seria um Ideal imperfeito. Como o sonhador sonha sempre, teriam vários farrapos, mas que nunca se completariam, pois eles

são imperfeitos. E é desta imperfeição que surgem novos farrapos. Farrapos são as partes de um todo impossível não só para Antonieta de Barros, mas para qualquer ser humano, pois o “todo” é a condição divina e não humana. Em outras palavras, farrapos “, que nas passagens anteriores produziu o efeito de separação, de distanciamento entre a autora e seu interlocutor, a sociedade e os leitores florianopolitanos, nesta passagem, ao contrário, farrapos produz o efeito de “mal da incompletude da humanidade”, aquilo que torna todos iguais. Aqui, ela iguala-se aos seus leitores, coloca-se na mesma posição, ou melhor, os coloca em uma posição semelhante à dela, de incompletude e busca.

Antonieta de Barros também reatualiza, reinterpreta a memória da Guerra dos Farrapos. Ao enunciar a palavra “Farrapos” se reconhece, se identifica com os “farrapos” da Revolução Farroupilha, através da memória. Memória que fornece uma percepção de mundo no qual ela se encontra. Apesar de Antonieta não ter vivido o episódio da Revolução farroupilha, ela incorpora seus efeitos. Ela recebe uma série de meios de categorização do real, que a identificam com os “farrapos”. E isso é visível em suas crônicas quando a autora utiliza constantemente as palavras, armas, sangue, luta, combate, soldado, derrota, escudo, trincheira, destroços, grito de guerra, conquista, vitória, plasmar, sangue etc...que remetem ao significado de guerra, revolução. Mas a contradição aparece quando ela traz esta percepção e a confronta com o seu lugar, sua época. A sua percepção de mundo é diferente em relação à posição social que ela exerce na sociedade. Ela é jornalista, professora e deputada, e não um “farrapo” lutando pela sua liberdade. Mas será que com outros meios, outras armas, ela não estaria fazendo a mesma coisa, igualmente municada pelos poderosos, como os Lanceiros Negros? Lanceiros Negros eram escravos que foram ao combate na esperança de obterem liberdade. Liberdade esta jamais obtida.

Quando Antonieta diz “Farrapos”, sentidos já ditos em outros lugares são convocados. As experiências que ela teve desde a sua infância são presentificadas. Experiências de lutas passadas pela sua mãe, escrava alforriada. O cotidiano das mulheres pobres e negras que escreviam seus textos em suas próprias peles, levaram-na a interpretar o real, identificando-se com os farrapos da Revolução farroupilha.

Segundo Mariani (1998, p.14) “Os sentidos viajam em memória descontínua”. Os sentidos da palavra Farrapos, dita por Antonieta de Barros, atravessam o tempo. Ela diz “Farrapos” confirmando sua história, mas é interpretada pelo “outro” como algo deprimente. É a memória social construída historicamente que não permite outra interpretação. A memória dos negros, que lutaram na Guerra dos Farrapos, está cristalizada no tempo como deprimente, sem nunca tornar-se honrosa. Por isso, até hoje, quando o título de sua coluna é interpretado, o que surge é a noção de

**Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul.  
Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.**

pedaços, “gastos pelo tempo”, ou algo deprimente que “ninguém” quer lembrar. Não é interpretado como digno e enobrecedor.

Antonieta Barros consegue trazer, através dos tempos, uma memória positiva dos pobres e negros que lutaram. Faz a passagem de uma “alcunha deprimente” para “honrosa”, pois além da aparência, a mobilização da palavra “Farrapos” nos mostra não um sentido pejorativo, mas de luta, poder, mudança, trabalho, conquista. Os “Farrapos” de Antonieta de Barros vêm acompanhados de palavras que incitam à revolução, à luta. É um discurso revolucionário, onde a escolha da própria palavra “farrapos”, inspirada na Guerra dos Farrapos, funciona segundo Pêcheux, (1981, p.66) “como uma marca política de reconhecimento”.

Os enunciados ‘a margem’ e ‘farrapos’ recuperam sentidos interditos pela memória discursiva que produziu para os negros e pobres um imagem de- ‘escoria’, ‘decaídas’, ‘cachaceiras’... São palavras que lutam com outras palavras, pois segundo Althusser, (apud Pêcheux 1988, p.210) ‘as palavras são também armas, explosivos, ou ainda calmantes e venenos’. Convém lembrarmos que, na perspectiva discursiva, segundo Orlandi (1997, p.27) ‘as palavras já são sempre discurso, na sua relação com os sentidos’.

Paradigmaticamente, Antonieta de Barros era “símbolo da mulher catarinense” (jornal O Correio do Estado, 13/10/1934) numa sociedade que tentava dar invisibilidade a sua presença. Mas é justamente essa relação ambivalente, assegurada a custo de fissuras internas, que determinou a sua visibilidade. A sua presença como notícia nos jornais, nas páginas políticas, os seus dizeres e a sua vida engendram uma incorporação, constituindo rupturas e transformações históricas, imperceptíveis talvez, “mas ecoando discursivamente”.